

-----ATA NÚMERO 6/2019-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM SETE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E
DEZANOVE.**-----

-----Aos sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Estiveram igualmente presentes nesta reunião, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Silva, Sandra Machado, João Beja e Ênio Câmara.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----Antecedendo a aprovação da Ata, o Presidente, Paulo Cafôfo, deu as boas vindas à Vereadora do CDS/PP, Ana Cristina Santos, desejando que a sua presença possa ser útil para a cidade, não só

através de propostas, mas também com a partilha de visões, por vezes diferentes, mas que são importantes para constituir um todo, relevando também a sua atividade cívica, através de uma Associação, a VENECOM, ligada aos emigrantes da Venezuela, num momento especial que se vive naquele País e dos portugueses que regressam, com necessidade de dar acolhimento aos nossos mas também no que concerne ao momento político que se vive, único, porque agora existe uma intervenção e uma pressão da diplomacia internacional e o sucesso daquele país, depende de manter a cidadania ativa para que os Governos de outros países possam exercer pressão assim como a defesa da liberdade, da fraternidade e igualdade que possam resultar em eleições livres e quase todas as forças políticas, com exceção de alguns partidos, seguem estes valores assim como a população em geral, está do lado dos portugueses que viveram ou vivem na Venezuela e estão na expectativa para que aquele país, que tem um potencial enorme, possa desenvolver-se e possa dar as condições de vida, qualidade e prosperidade.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período a Vereadora Rubina Leal, do PSD, deu as boas vindas à Vereadora do CDS/PP, Ana Cristina Santos, referindo a concordância com o

voto, mais de reconhecimento, porque não há ninguém que fique indiferente ao momento difícil que se vive na Venezuela e à crise humanitária que estão a passar, acompanhando os portugueses e os luso-descendentes que regressam e que têm sido bem acolhidos.-----

-----Continuando, esta mesma Vereadora, recordou já ter solicitado o estudo prévio da ETAR, mas que pedia novamente, assim como o estudo da Polícia Municipal que também já fora solicitado inúmeras vezes mas que não lhes foi dado conhecimento, sendo agora público, lamentando esse facto.-----

-----Os Vereadores do PSD entregaram uma Proposta de Deliberação, a fim de ser agendada para a próxima semana, intitulada: “Via Verde para o Licenciamento Urbanístico” bem como um Voto de Pesar pelo falecimento do Chefe Jardim dos Bombeiros Voluntários Madeirenses.-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, e relacionado com uma notícia sobre as viaturas de recolha de lixo avariadas, questionou o teor da mesma, ao que o Presidente disse não terem sido declarações suas mas que as subscrevia, havendo problemas devido às dificuldades financeiras ao longo dos últimos anos.-----

-----Continuando, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, afirmou: “Sinto-me ainda mais estupefacto, pelo facto de se terem passado 5 anos sem investimentos, sendo que as culpas, segundo este Executivo, são sempre das vereações anteriores”.-----

-----Seguidamente questionou, também, acerca das fardas dos cantoneiros de limpeza, nomeadamente o facto de, segundo informação dos funcionários, não haverem fardas, estando contudo previsto no Orçamento.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Presidente da Câmara, referiu que “nós assumimos as nossas responsabilidades e aquilo que é a gestão de uma área fundamental para a cidade como é a do ambiente e da recolha de lixo. Ao contrário do que disse, tem havido investimento, embora não com a mesma capacidade de apoio que houve no passado, inclusive através da AMRAM, devido às receitas do jogo instantâneo e que sustentou a compra da maioria da frota de recolha de lixo dos vários municípios da Região, mas a Câmara tem investido e irá continuar a investir numa frota envelhecida e que tem problemas de manutenção devido ao uso e desgaste. Quando chegamos aqui, deparamo-nos com uma situação em que nos vimos obrigados a um enorme rigor e sacrifício para regularizar as contas da Autarquia e esse facto impossibilitou, nos primeiros anos, de mais investimento e não houve outro caminho senão a inversão da gestão que a Autarquia teve nos últimos anos. As necessidades estão inventariadas, os procedimentos de contratação estão a avançar bem como a questão dos fardamentos que já foi explicada por várias vezes”.-----

-----Retomando a palavra, o Vereador Elias Gouveia, do PSD, disse que algumas viaturas tiveram problemas que colocaram em causa a segurança de terceiros, ao que o Presidente da Câmara refutou,

referindo que “a frota está envelhecida e reconheço esse facto e há necessidade de continuar a investir, outra coisa é o trabalho que tem vindo a ser feito na manutenção das viaturas, garantindo aquilo que são as condições legais de circulação e isso tem sido feito de forma a garantir a recolha para que continuem os índices de qualidade a que esta cidade nos habituou”.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, informou que tem sido feito investimento no ambiente e adquiridas viaturas novas, algumas delas no âmbito do POSEUR, mas que as verbas que existem não são as mesmas do passado.-----

----- - Relativamente ao fardamento, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, acrescentou: “Já foi dado conhecimento deste processo várias vezes e há que seguir os procedimentos de contratação. Foi um processo inquinado, em parte pelas próprias empresas, ou porque não entregavam documentos solicitados ou porque não entregavam as amostras do material pedido conforme o caderno de encargos previa. Entretanto, foram feitas requisições urgentes para suprir algumas dificuldades e, neste momento, um novo procedimento está a decorrer, sendo que algumas das empresas solicitaram a prorrogação do prazo para a entrega de amostras, que já foram analisadas pelos serviços. Quero ainda acrescentar que para dois tipos de fardamento não existiram concorrentes, estando a decorrer a elaboração dos relatórios preliminares para se poder proceder à adjudicação”.-----

----- - Intervindo o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu: “Quando o Presidente diz que não existem recursos, com queixinhas e lamúrias não está a dizer a verdade, ou diz meia verdade, lembrando os 25 milhões de euros pendentes só do POSEUR que estão à espera que os projetos avancem para serem utilizadas as verbas e poderão ter que ser devolvidas, pela Região, por não terem sido utilizadas graças ao não avanço da Autarquia dos seus projetos. A Câmara teve, nos últimos dois anos, 10 milhões de lucros e não tem poder de investimento? Significa isto uma má gestão do dinheiro público que é dos munícipes e que deveria ser aplicado em problemas concretos da Autarquia, não sendo correto fazer-se de vítima quando tem capacidade de investimento”.-----

----- - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara frisou: “Vejo as suas declarações como uma confissão dos problemas que o Governo Regional não consegue resolver na Região. Os factos são, recebemos uma dívida de 100 Milhões do Executivo anterior e pagamos já metade dessa dívida. Apesar disso continuamos a agir e a ter a pro-atividade para desenvolver a cidade, arrumamos a casa e investir e continuaremos a investir. Isto não são lamúrias, são factos reais, e agradecendo também aos colaboradores desta Autarquia, naquilo que tem sido a elaboração das candidaturas, principalmente no âmbito do POSEUR, nomeadamente ao nível do ambiente, da consolidação das escarpas com garantia de segurança dos nossos cidadãos e da ETAR, uma grande capacidade

de elaboração dos projetos e consequentes candidaturas. Não precisamos de relembrar a incompetência do PSD do passado na gestão desta Câmara, pois o que temos feito é uma gestão rigorosa com investimento, lamentando a uma herança que querem renegar mas que é impossível esconder e meter debaixo do tapete como tantas vezes o fizeram, seja com as dívidas da Região, quer com as da cidade”.

----- - Intervindo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, deu igualmente as boas vindas à Vereadora Ana Cristina dos Santos, do CDS/PP, desejando contributos válidos para a cidade. Relativamente ao assunto em discussão, disse: “Sobre as declarações do Vereador Jorge Miguel Fernandes, que faz distorções sistemáticas, em dizer que a Câmara dava lucro, é de todo errado, até porque quando nós tomamos posse tínhamos uma situação em que se dizia nos jornais que a Câmara dava lucro, até de um milhão e meio de euros, mas não se disse que a Câmara tinha 101 milhões de euros de dívida à data, muitas delas a carecer de planos de pagamento que depois foram regularizadas por este Executivo. Depois dizer que, no passado, enquanto a AMRAM tinha acesso ao Jogo Instantâneo, foi a AMRAM que adquiriu e entregou ao Funchal e a todos os outros municípios viaturas de recolha de lixo indiferenciado e outras tantas. Também, e apesar do quadro negro que o Senhor Vereador Jorge Vale aponta, temos colaborado, com o empréstimo de viaturas a outras autarquias, nomeadamente as de Santa Cruz e com São Vicente e

conseguimos fazer uma gestão de salvaguarda de todas as nossas viaturas. A Senhora Vereadora Idalina referiu algumas viaturas que foram adquiridas ao abrigo do último Quadro Comunitário de Apoio e, ao abrigo deste quadro, e aqui é também pelas afirmações proferidas pelo Vereador Jorge Vale, se não soubesse que ele, sistematicamente, numa base regular, pega em informações que tem obrigatoriedade de saber reconhecer e as distorce, a realidade é que este Quadro Comunitário de Apoio não fornece apoio a este tipo de viaturas, não são elegíveis viaturas de recolha de lixo indiferenciado. Foram igualmente adquiridas as viaturas ecológicas e tudo isso tem sido resultado de um trabalho excepcional, e nunca é demais sublinhar, como o Senhor Presidente já o tinha referido, dos técnicos do Ambiente e outros técnicos como a Sara Florença que têm feito as candidaturas que têm sido aprovadas, não só nesta área como em outras mais. Na questão das viaturas de recolha de lixo indiferenciado, não havendo possibilidade de financiá-las com verbas do Jogo Instantâneo que já não existe, já não são dos municípios e se formos até olhar para onde foi esse dinheiro, esse dinheiro regressou à Madeira neste mandado do Governo da República. São 17 milhões que foram, pela primeira vez, entregues à Madeira pelo Governo de António Costa e agora estão nas mãos do Governo Regional, sendo que António Costa está lá há 3 anos. Antes, esse dinheiro entrava no Município e na Região porque ficava na AMRAM porque eram receitas do Jogo, hoje, ficam na Santa Casa. Quero concluir, dizendo que quando se

pega numa Câmara completamente endividada e com capacidade praticamente nula de endividamento só há uma coisa a fazer, é arrumar a casa e é isso que temos feito. Temos, neste momento, capacidade para poder, com recurso à banca, fazer investimentos e isso está feito, tendo em conta que o pedido de empréstimo não deve ultrapassar o valor da amortização”.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu: “Para começar, e como diz o ditado “Quem não se sente não é filho de boa gente” e verificou-se, mais uma vez, e perante uma questão do Vereador Elias Gouveia, sobre uma notícia que um terço da frota automóvel, nomeadamente as viaturas de recolha seletiva, estariam com problemas, aquilo que o Senhor Presidente argumentou é que, e passo a citar “isto deve-se à incompetência do PSD na gestão autárquica e na tentativa de esconder a dívida debaixo do tapete”. Perante estas afirmações, não posso deixar de afirmar o ponto da situação do Município no ano de 2013, até porque eu fazia parte do Executivo e não posso aceitar, que mais uma vez, o Senhor Presidente, para além dos comentários que faz sobre o Governo Regional nas reuniões de Câmara, pois nós, e como vereadores, estamos constantemente a receber aqui recados e comentários. Passo a citar o ponto da situação do Município em 2013: a capacidade de endividamento a curto prazo era superior a 3,5 milhões de euros, a capacidade de endividamento a médio e longo prazo era superior a 35 milhões de euros, o limite à capacidade de endividamento líquido era superior a 37 milhões de

euros, as receitas próprias eram acima dos 55 milhões de euros o que representava 60% do Orçamento da Câmara e não reconhecer isto e ainda mais grave que fazer afirmações como o Senhor Presidente fez, é desconsiderar o trabalho de todos os executivos anteriores, e sobretudo é desconsiderar aquilo que foi o desprezo perante as opções feitas pela população do Funchal”.-----

----- - Tomando a palavra, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu: “Sobre a questão dos limites de endividamento e da capacidade de endividamento há, neste momento em curso, uma auditoria do Tribunal de Contas sobre os limites de endividamento, a meu ver, aquilo que foi afirmado não está completamente correto porque apesar de existir uma Lei das Finanças Locais que estabelecia que o limite de endividamento é 1,25 vezes a média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos. O Orçamento de Estado era muito mais restritivo em termos de capacidade de endividamento das Câmaras que estavam endividadas e o Funchal encaixava-se nesses limites de endividamento que foram melhorados em sede de Orçamento de Estado, e é com base nesses valores que devem ser feitos os cálculos, e se formos a analisar, o Funchal tinha ultrapassado o seu limite de endividamento mas será a seu tempo que tudo será resolvido”.-----

----- - Intervindo, de novo, o Vereador do PSD, Jorge Miguel Fernandes, disse: “Foi efetuado uma Auditoria mas até agora não foi detetado nada pelo que aguardaremos, não sei quantos anos, para que seja divulgado. Em relação à dívida, é bom cumprir com o

que foi negociado no passado e com os contratos estabelecidos antes de 2013 e se isso é arrumar a casa? É bom que se consiga cumprir com o acordado anteriormente o que só prova que até à data, a contratação foi bem-feita.”-----

----- - Respondendo, o Presidente da Câmara, adiantou: “No que diz respeito à situação financeira, gostaria também de referir, não só o valor dos 100 milhões euros de dívida, mas também havia o “modus operandi” de gestão autárquica irresponsável e continuada com sucessivos resgates financeiros que esta Câmara teve de recorrer, mesmo depois do PAEL, que teria sido a última oportunidade de regularizar as dívidas aos fornecedores, esta Câmara, de 2011 a 2013, contraiu ainda mais 20 milhões de dívida a fornecedores, ou seja, nós tivemos de fazer acordos de pagamento a entidades, a maioria delas do sector público do Governo Regional, de dívidas que foram contraídas por parte do Presidente Miguel Albuquerque. Quero dizer também à Senhora Vereadora Rubina, que respeito muito as opções e as decisões dos eleitores. Não foi, da minha parte, nem ouviu qualquer sentido contrário às opções políticas no ato eleitoral, até porque os eleitores reconhecendo a má gestão do PSD, elegeram-nos em 2013, portanto a Senhora Vereadora devia respeitar também o facto de os eleitores reconhecerem que estava na hora, por razões de gestão desta Autarquia, de terem outras pessoas e, acima de tudo, outra forma de estar na política e governar com responsabilidade, rigor e transparência e portanto eu respeito as opções tomadas, tanto no

passado como em 2013”.-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, intervindo, referiu: “Com respeito aos acordos de pagamento não foi somente com o Governo Regional, mas também com empresas como a MCC e com José Avelino Pinto, por um conjunto de empreitadas realizadas”.-----

----- - Tomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, refutou, da seguinte forma: “Quero dizer ao Senhor Presidente que a dívida não nos incomoda. Incomoda sim, aqueles que constantemente procuram encontrar a justificação para a não realização de obras devido à dívida anterior, porque tenho orgulho nas obras executadas pelos Executivos dos quais fiz parte. Os Senhores justificam sempre com a dívida. Nós tivemos obra feita e deixamos o Funchal com grandes infraestruturas, enquanto que vocês, nem a promenade conseguiram aumentar uns simples metros”.-----

----- - O Presidente da Câmara retorquiu: “Antes de mais, deixe-me agradecer-lhe a oportunidade que me deu agora de poder ainda esclarecer o que aconteceu no passado e não acontece agora, porque é importante para os funchalenses. A obra que refere tenho dúvidas em distinguir aquilo que era da Câmara ou obra do Governo Regional, porque na verdade, a esmagadora maioria do investimento feito na cidade foi executado pelo Governo Regional e não da Autarquia. O facto de, no passado, esta Autarquia, ter recebido contratos-programa numa média de 6 milhões de euros por ano do Governo Regional e agora este Executivo, não ter

recebido sequer um cêntimo de contrato-programa, apesar de a partir de 2016 termos um enquadramento legal, criado pelo próprio Governo, para podermos aceder e contratualizar contratos-programa para investimentos na cidade do Funchal, apesar de termos apresentado um caderno, ano após anos, de investimentos a serem financiados em 50% pelo Governo Regional, apesar das intempéries como a que aconteceu em fevereiro do ano passado e da Vice-Presidência do Governo nos ter requerido uma inventariação dos danos e prejuízos, não recebemos nem um cêntimo. Ao contrário do passado, em que o Governo Regional do PSD contratualizava investimentos com a Autarquia do Funchal, o Governo Regional atual, não tem contratualizado nada e significa que apesar dos meios do passado, o Executivo do PSD tinha ao seu dispor diversas fontes de financiamento que este Executivo não tem, nem de perto nem de longe, essa fonte de financiamento. Este Executivo teve e continua a ter de pagar uma dívida e apesar disso não nos escondemos para não poder investir na cidade do Funchal e respondendo à Senhora Vereadora, quero dizer que estamos a resolver situações nunca antes por vocês resolvidas e dou como exemplo o caso do amianto nos empreendimentos como hoje está em apreço nesta reunião e que é uma obra estrutural. Fomos a entidade pública que realizou mais habitação social nos últimos 4 anos. Este Executivo está a resolver problemas da cidade apesar da situação financeira já expressa por mim e pelo Vice-Presidente, Miguel Gouveia”.

----- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse: “Quero que fique expresso em ata um caso concreto com evidência absoluta que demonstra que o Senhor Presidente só diz meias verdades no que diz respeito ao facto de dizer que não recebeu um cêntimo. Esta é uma situação tornada pública, em que o Governo Regional comprometeu-se a participar com 15% na ETAR e não houve nenhum pedido oficial de candidatura por parte desta Câmara. Os procedimentos seguem regras definidas na lei e há candidaturas que são feitas. Este é um exemplo concreto de que não é dito a verdade”.-----

----- - O Presidente da Câmara voltou a referir não terem recebido, da parte do Governo Regional, até à presente data, nenhum cêntimo relativo a qualquer contrato-programa destinado a investimentos no Funchal. “Estamos à espera que essa promessa seja cumprida no que diz respeito a uma obra de interesse regional e até nacional, uma vez que decorre de uma diretiva europeia.”.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, referiu: “Quero, antes de mais, dar as boas vindas à nossa nova colega Vereadora do CDS/PP, Ana Cristina, e pedir desculpa por estarmos há uma hora a discutir assuntos que nem camarários são mas, aqui dentro, normalmente, tudo o que não funciona é culpa do Governo e há aqui pessoas mais interessadas em pensar no Governo mas a seu tempo lá chegarão e outras pensam que vão herdar coisas de quem sairá e irá deixar. Por isso, Vereadora Ana Cristina vá-se habituando que a tónica basicamente é sempre

desta maneira, por mais que digam que são calmos, isto chega a um nível duma “creche”.-----

----- - O Vereador da Confiança, João Pedro Vieira, retorquiu: “Ao abrigo do artigo 14º, acho que todos os presentes devem manifestar o seu repúdio pelas declarações da Senhora Vereadora Joana que não só não compreende que todos os assuntos que dizem respeito à cidade do Funchal, quer seja da Câmara, quer seja do Governo Regional, dizem respeito aos munícipes desta cidade. E segundo, não é admissível quando compara esta Câmara a uma “creche”, pois isso é diminuir o que aqui fazemos. Esse tipo de adjetivação não faz qualquer sentido e se estamos aqui há uma hora e meia é porque existe discussão entre as partes. Apelar qualquer assunto da reunião de Câmara dessa forma não é admissível e é admitir também o vosso comportamento e as vossas intervenções”.-----

----- - Por sua vez, o Presidente da Câmara quis relembrar que quem colocou o assunto foram os Vereadores do PSD, através do Vereador Elias Gouveia.-----

----- - Usando, novamente, da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, referiu que é “ainda hoje, depois de vários pedidos sobre os estudos da Polícia Municipal, chegamos aqui e respondem com “está disponível no site”. Pedimos várias vezes para ter acesso ao estudo e o Vereador João Pedro disse que iria ouvir com as forças políticas e agora está no Diário o estudo?”.-----

----- - O Presidente da Câmara retorquiu dizendo que estava no

site e não tinha saído no Diário.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, disse:

“Vocês não respeitam quem está eleito, cá dentro”.-----

----- - Após um comentário aparte feito pela Vereadora Joana Silva ao Vereador João Pedro Vieira, o Presidente da Câmara, dirigindo-se à Vereadora do PSD, Joana Silva, e face às afirmações por esta proferidas, disse: “Enquanto presidente desta reunião, e considerando a urbanidade que deve existir entre nós, considero que a Vereadora está a pisar uma linha que não deveria ultrapassar e, agradecia, com toda a legitimidade que tem, em intervir, que houvesse mais cuidado nas palavras pronunciadas, porque, caso contrário, entramos num campo que não será benéfico para todos os presentes nem para a cidade.”-----

-----Prosseguindo no uso da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, disse: “Que exista respeito por quem está aqui a exercer funções. Considerem o que nós pedimos e respeitem quem tem funções aqui dentro, pois todos temos funções diferentes, com mais ou menos responsabilidade.”-----

----- - Usando da palavra, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, por sua vez, confessou que “várias vezes sente-se incomodado quando se dizem alguns apartes e parece que quando são vossas Excias a interromper ou a fazer comentários desagradáveis não tem problema nenhum. Parece-me despropositado estas observações sobre as posturas dos outros e sobre o tipo de comportamento, quando esse tipo de considerações

nunca foi feito nesta mesa dirigido a nenhum de vocês, porque a única falta de respeito, ao longo deste tempo, foi uma Vereadora que se levantou no meio de uma discussão numa reunião de Câmara e foi embora. Não há maior falta de respeito por este órgão e pelos que nos elegeram do que na sequência de uma discussão, se levantar e abandonar a sala. A discussão que aqui estava a ser tida é efetivamente do interesse do nosso Município, mas as suas declarações põem em causa o trabalho que aqui exercemos. Relativamente ao estudo da Polícia Municipal, disse efetivamente que iria discutir com as forças políticas e vou fazê-lo, na altura certa será discutido, e falta de respeito é chamar-nos de crianças.”-
----- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse estarem ali para discutir assuntos mais importantes e do interesse da cidade.-----
----- - Usando da palavra, o Vereador do PSD, Elias Gouveia, e sobre o Gabinete da Cidade, reiterou o pedido de informações sobre o mesmo uma vez que alguns aspetos não foram esclarecidos, aguardando informação sobre quanto custou a sua implementação e recursos alocados.-----
-----Continuando, questionou acerca do desmantelamento do Bairro da Penha de França e o facto de três casais idosos ainda permanecerem nessas casas, numa zona que se tem tornado muito perigosa, essencialmente durante a noite. “Tivemos informação que receberam um telefonema a comunicar que só daqui a uns meses é que receberiam os apartamentos novos, sendo urgente encontrar

uma solução imediata para estes casais e proceder o mais rapidamente possível à demolição daquele Bairro”, acrescentou.----

----- - Em relação aos custos de informação do Gabinete da Cidade o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, após consulta no BaseGov, deu a seguinte informação: “Publicado a 20 de janeiro de 2017”.-----

----- - Interrompendo a Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse que “fizemos dois requerimentos, por escrito, a solicitar esta informação e é esta informação que o Vice-Presidente quer prestar verbalmente e que será tida como resposta, quando deveria ser por escrito”.-----

-----Continuando, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu: “Vou responder à solicitação feita nesta reunião e que para a prestação de serviços de um estudo e elaboração do Plano de Reabilitação Urbana pelo Gabinete da Cidade foi de 8,800 euros à Global Arquitetura Paisagista, 10,400 euros, ao Bugio II – Arquitetura Unipessoal, Lda., 18,500 euros ao Paulo David Arquitetos e 10,500 euros, ao Gonçalo Byrne Arquitetos.-----

----- - Relativamente ao Bairro da Penha de França, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que já estariam alertados sobre aquela situação e que na passada segunda-feira, dia quatro de fevereiro, reuniram com os casais em questão e seus familiares. “Foi-lhes explicado a nossa preocupação pelo facto da empresa responsável pelas obras de manutenção dos bairros não estar a cumprir os prazos estipulados, pois já deveriam estar prontos os apartamentos para onde estas famílias irão habitar,

com as tipologias adequadas aos seus agregados familiares. Por outro lado, uma destas famílias já há muito tempo que poderia estar colocada um apartamento novo, mas recusou essa solução. Na referida reunião, e atendendo ao facto de começarem a ser muito poucos os moradores que ainda estão no bairro da Penha de França, podendo começar a aumentar a falta de segurança para aqueles casais idosos, foram apresentadas aos três casais as soluções temporárias que tínhamos para oferecer. Contudo, os três casais recusaram sair, dizendo que não queriam soluções alternativas e sim definitivas e que só saíam todos juntos. Ou seja, foram apresentadas soluções imediatas alternativas que as pessoas recusaram, preferindo aguardar. Não querem fazer mudanças que não sejam definitivas. Informo também que, juntamente com as obras, talvez ainda hoje, serão fechadas as casas que estão vazias, havendo duas casas de pedra que a Câmara optou por realojar as famílias, uma vez que o bairro será, na sua totalidade renovado, não fazendo sentido a permanência daquelas construções. Temos consciência do que está a acontecer, mas as pessoas foram irredutíveis em sair das casas”, sublinhou.-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu que “foi dito que havia uma poupança com o contrato de merchandising de 25%, questionando que, quer nas contas de 2017, quer no orçamento de 2018 e no de 2019, o total de uma rubrica será similar e ascende a mais de meio milhão de euros, existindo uma discrepância entre o que foi publicado e o que

consta nas contas e no Orçamento”.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, esclareceu: “Houve uma redução de 25% com base nos contratos anteriores de 2016, 2017 e 2018 e em 2017 foi feita uma aquisição ao abrigo de várias rubricas e de vários eventos e gastámos 57 mil euros com este tipo de merchandising. Em 2018, foram gastos 47 mil euros, por dois anos, entre os quais se encontram bandeiras, blocos eco-card para as crianças, bonés, canetas, chapas com gravação, estojos, fitas para o pescoço, galhardetes, lápis, medalhas da Câmara, troféus desportivos, muito solicitados, entre outros brindes idênticos e tudo isto custou, ao preço mais baixo, 64,645 euros, quando comparado com os últimos dois anos, nos mesmos artigos, representa uma poupança de 25%. A rubrica que refere abarca mais eventos e estão detalhados na prestação de contas”.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, alertou para a falta de calçada tradicional no passeio na Rua do Ribeirinho, junto à Rua do Carmo, podendo resultar em quedas bem como, turisticamente, em sua opinião, não ficar muito apresentável.-----

----- - Em relação a esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que “só após a conclusão das obras da 2ª fase da Rua Dr. Fernão de Ornelas é que se irá proceder à reparação deste passeio, visto que, neste momento, circulam camiões de grandes dimensões nesta artéria e que circulam sob esse passeio”.-

-----Retomando a palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, questionou o ponto de situação do Regulamento Municipal, proposto pelo CDS/PP, para a Reconversão Urbanística das Áreas de Génese Ilegal.-----

----- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, a este propósito, disse: “É um trabalho que ainda tem que ser desenvolvido, no entanto, durante o desenvolvimento do novo PDM, a legalização das casas de génese ilegal foi prioritária e contemplada e já permitiu a legalização de várias moradias nesta situação assim como permitiu a regularização de vários loteamentos. Tem tido uma aplicação prática em paralelo com a preparação do regulamento”.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, salientou a importância da criação do regulamento de forma a haver regras claras para todos.-----

----- - Intervindo, a Vereadora da Confiança, Madalena Nunes, referiu: “Estando a ser elaborada a Estratégia Local de Habitação, este regulamento é um dos instrumentos que está a ser colocado nessa estratégia para ajudar ainda mais esta questão e não está esquecido”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - ALTERAÇÃO ORGÂNICA DO MUNÍCIPIO DO FUNCHAL:-----

----- - **Proposta de Alteração da Estrutura Organizacional do**

Município do Funchal: - Subscrita pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta de deliberação que abaixo se transcreve, a submeter à Assembleia Municipal:-----

---“**I - Considerando que compete à Assembleia Municipal:** 1. De acordo com o disposto na alínea m), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais...”; 2. Aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierarquizado, matricial ou misto) para a organização interna dos serviços municipais, nos termos da alínea a), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro; 3. Aprovar a estrutura nuclear, definindo as respetivas unidades orgânicas nucleares (departamentos municipais), de acordo com a alínea b), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, nas condições previstas no artigo 7.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro; 4. Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (divisões municipais), nos termos da alínea c), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro; 5. Definir o número máximo de subunidades orgânicas, nos termos da alínea d), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro; 6. Definir o número máximo de equipas de Projeto nos termos da alínea f), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. **II - Considerando ainda que:** 1. A Assembleia Municipal do Funchal, em sessão realizada a 19 de dezembro de 2014, aprovou, por proposta formulada pela Câmara Municipal na sua reunião de 11 de

dezembro de 2014, o modelo de estrutura orgânica, a Estrutura Nuclear, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, o número máximo de equipas de projeto e o número máximo de subunidades orgânicas, conforme dispõe o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 outubro; 2. A Assembleia Municipal, em deliberação datada de 21 de setembro de 2018, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal do Funchal de 13 de setembro de 2018, a alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços do Município do Funchal, fixando o número máximo de unidades orgânicas flexíveis em 50, correspondendo 40 a Divisões, dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, e 10 a Unidades, dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau, bem como o número máximo de subunidades orgânicas em 45, as quais assumirão a designação de Secção e serão chefiadas por trabalhadores titulares da categoria de Coordenador Técnico, da carreira de Assistente Técnico. 3. Considerando que a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi sendo alterada pelas Leis que aprovaram os Orçamentos de Estado dos anos de 2017 e 2018, designadamente pelo artigo 298.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado para 2018), veio dar nova redação ao artigo 7.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, permitindo o provimento do cargo de diretor de departamento municipal nos municípios, desde que assegurada a correspondente cobertura orçamental e demonstrados critérios de racionalidade organizacional face às atribuições e competências

detidas; 4. O Executivo Municipal pretende, face às alterações referidas, adequar a organização dos serviços ao contexto atual, mantendo a tipologia de estrutura hierarquizada e alterando a Estrutura Nuclear aprovada na sessão da Assembleia Municipal do Funchal de 19 de dezembro de 2014; 5. Considerando que no âmbito das atribuições do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos se justifica a autonomização do setor das águas e do saneamento, criando-se um Departamento exclusivamente dedicado à gestão desta área de atividade, de capital importância para o Município do Funchal. Proponho, que a Câmara Municipal do Funchal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços do Município do Funchal, aprovada na sessão da Assembleia Municipal do Funchal de 19 de dezembro de 2014, e alterada por deliberação datada de 21 de setembro de 2018: **I – Criar a Águas do Funchal (com equiparação a Departamento Municipal), com a seguinte missão e competências:** 1 – Missão – Assegurar as necessidades de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas à população do concelho do Funchal, visando a prestação de um serviço de qualidade a nível técnico, económico, social e ambiental. 2 – Compete à Águas do Funchal (AdF): **a)** Desenvolver e executar as políticas municipais no que concerne à gestão e manutenção de infraestruturas de água e saneamento básico; **b)** Assegurar o bom funcionamento do serviço de distribuição de águas e das atividades ligadas à captação,

tratamento e distribuição de água e a coordenação dos recursos humanos, serviços e equipamentos ligados a estas atividades; **c)** Assegurar o bom funcionamento do serviço de saneamento e águas residuais bem como a coordenação dos recursos humanos, serviços e equipamentos ligados a estas atividades; **d)** Verificar periodicamente o estado de conservação dos equipamentos que suportam a rede de abastecimento de água e o saneamento básico, avaliando e fundamentando a necessidade de proceder a trabalhos de reparação; **e)** Assegurar o controlo técnico e financeiro das obras municipais no âmbito das competências da Águas do Funchal, garantindo a fiscalização da execução dos trabalhos e a realização dos ensaios considerados necessários, a elaboração dos autos de medição para processamento de pagamentos e propostas adicionais, a análise e informação dos pedidos de revisão de preços e elaboração das contas finais e receções (provisória e definitiva); **f)** Promover e supervisionar a fiscalização de obras nas infraestruturas municipais de água e saneamento básico adjudicadas por empreitada; **g)** Atualizar os dados estatísticos sobre captação e qualidade da água; **h)** Supervisionar a direção e fiscalização de obras relacionadas com infraestruturas de água e saneamento básico; **i)** Colaborar com a área financeira na elaboração de estudos económico-financeiros que sustentem a opção de contratação de serviços externos no âmbito das competências do Departamento; **j)** Colaborar com a Divisão de Contratação Pública (DCP) no processo de contratação pública de

empregadas, no âmbito das competências do Departamento; **k)** Cooperar com o Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) na disponibilização de elementos para candidaturas a fundos regionais, nacionais e ou comunitários; **l)** Garantir a conservação e remodelação de infraestruturas de abastecimento de águas e de saneamento básico; **m)** Garantir o cumprimento dos prazos de execução das obras em curso no âmbito das competências da Águas do Funchal; **n)** Promover a realização de estudos estatísticos e factuais que sustentem a tomada de decisões de investimento na área das águas e saneamento básico; **o)** Assegurar o controlo de gestão de obras em termos financeiros, no âmbito das competências da Águas do Funchal; **p)** Assegurar a adequada articulação das atividades das unidades orgânicas na sua dependência com os demais serviços que intervenham no espaço público; **q)** Colaborar na conservação dos recursos hídricos, relativamente à respetiva quantidade e qualidade; **r)** Elaborar a proposta de planos de investimento, necessários à manutenção e ou extensão dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais; **s)** Garantir o cumprimento de todo o normativo legal em vigor relativo ao abastecimento público de água e drenagem de águas residuais; **t)** Manter atualizada a informação relativa às tendências de desenvolvimento dos sistemas de abastecimento público de água e de desenvolvimento dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; **u)** Garantir a articulação com outros serviços do Município, tendo em vista a divulgação e

promoção das ações/atividades e bem como a adequada informação dos munícipes, no sentido do seu esclarecimento e/ou participação e colaboração; **v)** Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe forem cometidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior, relativos à unidade orgânica que chefia. **II – Alterar as competências do Departamento do Ordenamento do Território, que se submete à aprovação da Assembleia Municipal, constando todo o texto do anexo da deliberação da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2014, assinalando-se a negrito as respetivas alterações introduzidas pela presente proposta. III – Alterar a descrição das alíneas b), c) do ponto 1 da proposta aprovada pela Assembleia Municipal a 19 de dezembro de 2014 e publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 28, de 10 de fevereiro de 2015.** “1. Quanto à estrutura orgânica – a) – *Mantém a mesma redação.* b) Que seja fixado num total de 12 (doze) o número máximo de unidades orgânicas nucleares, das quais onze constituem-se como Departamentos Municipais ou equiparados, sendo os respetivos serviços assegurados por um dirigente intermédio de 1º grau – Diretor de Departamento, e uma como Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal; c) Que aquelas 12 (doze) unidades orgânicas, compondo a Estrutura Nuclear, cujo Organograma se anexa, sejam as seguintes: 1 - Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa; 2 - Departamento de Gestão

Financeira e Patrimonial; 3 - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos; 4 - Departamento de Ordenamento do Território; 5 - Departamento de Ambiente; 6 - Departamento de Ciência e de Recursos Naturais; 7 - Departamento de Educação e Qualidade de Vida; 8 - Departamento de Economia e Cultura; 9 - Departamento Jurídico e de Fiscalização; 10 - Águas do Funchal (equiparado a Departamento Municipal); 11 - Serviço Municipal de Proteção Civil (equiparado a Departamento Municipal); 12 - Bombeiros Sapadores do Funchal. Alíneas d) a r) – *Mantêm a mesma redação.* **IV - Considerando que, com a criação da Águas do Funchal são também alteradas algumas das competências do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos, submete-se igualmente à aprovação da Assembleia Municipal todo o texto do anexo da deliberação da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2014, assinalando-se a negrito as respetivas alterações introduzidas pela presente proposta**”-----

--- - Intervindo, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, e considerando os desafios que se apresentam no sector das águas urbanas e um vasto conjunto de projetos naquela área, referiu fazer todo o sentido a criação desta estrutura orgânica de forma a ter maior autonomia e ter maior capacidade de resposta inclusive a nível comercial. Disse que o documento reflete também alterações efetuadas nas competências do Departamento de Ordenamento do Território que absorveu as competências da extinta Divisão de Estudos e Estratégia.-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador do PSD, Elias Gouveia, questionou acerca do concurso para os dirigentes do DOT e se não seria afetado por esta alteração, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que era entendimento do Departamento Jurídico que, caso exista atribuição de mais competências, o concurso ou a comissão de serviço cessam, e terá que se iniciar novo procedimento concursal, caso se mantenham ou diminuam, as competências mantêm-se.-----

--- - Intervindo, por sua vez, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou a alteração do nome e o porquê de “Águas do Funchal”, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu tratar-se uma escolha equivalente a um Departamento, à semelhança do Parque Ecológico, equivalente a uma Divisão, o Gabinete Técnico das Zonas Altas, equivalente a uma Divisão ou o Serviço Municipal de Proteção Civil, equivalente a Departamento.-----

--- - A Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, alertou para a duplicação de alíneas nas competências do DOT, tendo sido esclarecido pelo Presidente da Câmara que seria feita a retificação de imediato.-----

--- - Posta à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e do CDS/PP aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea m) do número um do artigo vinte e cinco, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a Proposta de Alteração da Estrutura Organizacional do Município

do Funchal, de acordo com a deliberação apresentada. A referida proposta fica, por fotocópia, a fazer parte integrante desta ata como anexo (A).-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** A Vereadora Rubina Leal disse que o sentido de voto do PSD prende-se com o facto de remeterem uma posição final para a Assembleia Municipal.-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** A Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, referiu também remeter posição final para a Assembleia Municipal.-----

2 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Execução da obra de “Empreendimento da Quinta Falcão – 30 Fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores” –**

Plano de Segurança e Saúde da Obra: - Em presença da informação do Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa – Unidade de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ref^a 19/DRH/USHST/2019), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde da obra de “Empreendimento da Quinta Falcão – 30 Fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores”.-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, afirmou que, apesar da dívida deixada pelo executivo do PSD, e aproveitando as expressões utilizadas pelo Vereador Jorge Miguel Fernandes no início da reunião de hoje, “este Executivo, “lutando sempre” e sem “queixinhas, nem lamúrias” iniciou a suas custas o Programa Amianto Zero, para eliminar da

cidade aquele problema do amianto. O que nos motivou foi a lógica da defesa da saúde pública e também da saúde e da qualidade de vida dos e das moradores desses bairros. Recordo que os bairros municipais com amianto são: a Quinta Falcão com 11 fogos, a Quinta das Freiras com 30, o Bairro da Ponte com 13 e o da Penha de França com 28. Para efetuar esta operação, construímos o Empreendimento da Quinta Falcão, com 8 apartamentos T1 e T0, seguido dos Viveiros V com 28 fogos T2 e T3. Hoje é um dia simbólico para nós, porque, apesar da constante desvalorização deste trabalho e das inúmeras declarações falsas que o PSD tem feito, a nossa obra está no terreno e não pode ser negada. Fisicamente é visível a olho nu. Trazemos a esta Reunião o plano de segurança da última fase da Quinta Falcão com 30 fogos, que inclui o início da demolição do amianto. Com algumas famílias já realojadas da Penha de França e Quinta Falcão, começamos a poder ter a possibilidade de demolir as casas que vão ficando livres, após as mudanças. Estamos a trabalhar para o futuro de uma cidade com qualidade de vida e de habitação.”-----

--- - Tomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, e na sequência da intervenção da Vereadora Madalena, referiu que “a desativação da Quinta Falcão foi iniciada nas Vereações do PSD, foram construídos blocos de apartamentos e foram realojadas as famílias nos Viveiros, foi construído um bloco de apartamentos e iniciaram-se vários projetos de construção para mais habitação, não tendo sido possível concretizá-los devido a constrangimentos e

porque o PAEL não permitia a construção de mais habitações, mas foi deixada obra feita e projetos de arquitetura concluídos”.-----

--- - Intervindo o Presidente da Câmara, deixou apenas uma nota, “hoje já foi falado da capacidade de endividamento desta Autarquia e a Vereadora Rubina vem dizer, que devido ao PAEL, assinado por vós, a fim resolver problemas de dívidas a fornecedores, não foi possível investir na construção nos Viveiros o que significa que, afinal, a situação financeira da Câmara à data, não era a saúde financeira nem a capacidade de endividamento referida anteriormente no âmbito do PAOD”.-----

--- - Intervindo novamente, a Vereadora Rubina Leal, retorquiu, dizendo que enquanto foi possível, o Executivo do PSD construiu um bloco nos Viveiros e outro na Quinta Falcão.-----

--- - A Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, interveio para informar que “muita dessa construção foi efetuada através de verbas do IHRU e com programas do Governo Regional ao contrário de agora, que estão a ser feitas com financiamento exclusivo da Autarquia ou com recurso a empréstimo”.-----

--- - Por sua vez, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu ainda que “após o 20 de fevereiro de 2010 e no âmbito da Lei de Meios, as dotações para a Região, previstas em sede de IHRU, foram canalizadas para a Lei de Meios, ficando todos os Municípios da Região privados de utilizar o IHRU como fonte de financiamento. O PAEL acaba também por restringir a capacidade de a Câmara poder utilizar outras fontes de financiamento porque não podia

endividar-se mais. Neste momento, podemos recorrer à banca comercial e solicitar empréstimo, sem bonificações e só há pouco tempo o IHRU iniciou novos programas como o “1º Direito” com abertura de novas linhas de financiamento”.

3 – URBANISMO:

3.1 - Benefícios Fiscais/Área de Reabilitação Urbana (ARU): - Em face do requerimento de Miguel Filipe de Moura Olival e Mendonça (proc.º 6120/18, sub-proc.º 2018000510), solicitando a atribuição de benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana (ARU), decorrentes da execução da obra de reabilitação do imóvel localizado à Rua Nova de São Pedro, número onze, freguesia de São Pedro, a Câmara deliberou deferir, por unanimidade, com base e nos termos das informações, respetivamente, da Divisão de Apreciação Urbanística (refª 012-DAU/2019-LP).

4 – PESSOAL:

4.1 - Processos Disciplinares: - Perante o processo disciplinar (nº 22/2018), instaurado ao funcionário (nº 10237), Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), a exercer funções no Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos, por falta de zelo e correção, a Câmara deliberou, por unanimidade, com, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena repreensão escrita nos termos e com os fundamentos do relatório final.

- Em face do processo disciplinar (nº 24/2018), instaurado à funcionária (nº 10435), Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), a exercer funções no Departamento de Recursos

Humanos e Modernização Administrativa - Divisão de Atendimento e Administração, por falta de zelo, correção, assiduidade e pontualidade a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão suspensa por um (1) ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

5 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Voto de Protesto do PSD, contra o “Encerramento das Hortas Urbanas dos Salões”**: - Foi apresentado pela Vereadora Joana Silva, do PSD, o Voto de Protesto que abaixo se transcreve:---
---“Atendendo à sua importância para o município e para as famílias funchalenses, não se compreende que exista, por parte do executivo camarário, qualquer tipo de desinvestimento nas hortas urbanas. O encerramento destes espaços, na zona dos Salões, na freguesia de São Gonçalo, afigura-se como uma medida nefasta para os nossos munícipes. Os hortelões foram notificados a abandonar os seus espaços de cultivo até o dia 28 de fevereiro, vendo-se forçados a deixar para trás, não só as culturas que ali têm plantadas, como os animais que possuem. As legítimas reclamações dos hortelões que não receberam nenhuma carta no seu domicílio, e a quem foi dado apenas cerca de um mês e meio para deixar os espaços, devem merecer, da parte da Autarquia, uma ponderação cuidada. A Vereação do PSD à Câmara Municipal do Funchal releva o papel importante das hortas urbanas na política ambiental do Município, bem como os benefícios que

representa para os munícipes que delas usufruem. Não se compreende igualmente que, sendo esta uma opção unicamente de cariz político, se encerre 54 horas urbanas em São Gonçalo, uma freguesia que ficará apenas com 8 hortas urbanas. Interrogamos sobre o que será feito às plantações que os hortelões tinham já cultivado, mas que não conseguirão colher, assim como aos animais que, neste momento, os utilizadores das hortas urbanas possuem. Assim, a Vereação do PSD Funchal, apresenta este Voto de Protesto contra o encerramento das hortas urbanas localizadas na zona dos Salões, em São Gonçalo, colocando-se ao lado da população que manifesta, com incredulidade, o seu desagrado face a esta decisão. Exortamos o Executivo Municipal a encontrar uma solução, em conjunto com os hortelões, que vise solucionar este problema”.-----

--- - Sobre esta questão, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, referiu: “Desde 2014, que este Executivo tem investido na consolidação e crescimento do projeto das Hortas Urbanas. São uma mais-valia e ajuda para a economia familiar e também como forma de passatempo e lazer, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e é do interesse deste Executivo dar continuidade a este projeto, mas que as regras sejam cumpridas. Foi criado um regulamento para as hortas, dado que até então, não existiam quaisquer regras para a utilização destes espaços, o que se traduziu em situações graves de utilização abusiva e desapropriada que só se conseguiram corrigir com sucessivas ações de

sensibilização e fiscalização dos serviços. Apostamos na formação e capacitação, dando formações aos horticultores no sentido de consciencializar e formar para uma agricultura produtiva, sem adubos químicos e pesticidas. Continuamos a trabalhar todos os dias com a intenção de fazer crescer este projeto que consideramos vital e que poderá vir a assumir novas metas. Neste caso concreto, trata-se de um terreno com 19 mil metros quadrados em que só 4 mil metros quadrados estavam a ser utilizados para 54 hortas, das quais, apenas 36 estavam atribuídas, terreno este que estava a necessitar de uma limpeza cuidada por estar a representar um risco para as áreas circundantes. Reforçou que os hortelãos foram avisados atempadamente, ao contrário do que dizem, primeiro de forma individual e verbal e posteriormente através de carta, tendo existido por parte da Autarquia uma proposta para redução do valor da renda tendo em conta o espaço utilizado que não foi aceite”.

--- - Intervindo a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se existia registo da proposta efetuada e se sim gostaria de ter acesso a uma cópia da mesma.

--- - Retomando a sua intervenção, a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, referiu: “Existe registo e que a proposta não foi aceite. Foi realizada uma atualização dos dados dos hortelãos e dos 36 existentes, até à data, apenas 12 se inscreveram para receberem uma nova horta, noutra local”.

--- - Intervindo novamente, a Vereadora Joana Silva, do PSD,

questionou se as novas hortas seriam mistas, pois caso não sejam as condições não seriam as mesmas que os hortelãos estavam a solicitar, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, informou que, neste momento, não seria possível entregar hortas mistas, mas que os hortelãos poderiam negociar diretamente com o proprietário, caso o pretendam.-----

--- - Tomando a palavra e sobre este assunto, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, por sua vez, acrescentou: “No dia 26 de julho de 2013, o então presidente desta Autarquia, Miguel Albuquerque, entregava 54 hortas no Caminho dos Salões em São Gonçalo. A 29 de Julho de 2013, é publicado o Edital 194/2013, a solicitar um terreno entre as cotas 400 e 500 metros, ou entre os 250 a 500 metros, com áreas aproximadas entre os 4.000 m² e os 20.000 m² e declive máximo de 30%. É apenas a 23 de setembro de 2013, que o júri do concurso propõe, em relatório final de adjudicação, de acordo com as propostas apresentadas decidindo, em plena semana eleitoral, o arrendamento do terreno no Caminho dos Salões com 19.010m², por um período de 5 anos, com um preço de 23 cêntimos por metro quadrado, totalizando uma renda de 4372,30€/mês. Nessa altura, a Câmara Municipal já arrendava outros terrenos para a implantação de hortas urbanas noutros locais da cidade por 9 cêntimos ao metro quadrado. Quando se instalou o Executivo Municipal eleito pela Coligação Mudança no dia 21 de outubro, as hortas ora referidas, encontravam-se em utilização há três meses. Em dezembro, e derivado dos

constrangimentos financeiros que a Autarquia enfrentava, consequência da má gestão do PSD, foi solicitado pela então Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, um parecer para a não adjudicação devido a restrições orçamentais, tendo proferido despacho nesse âmbito a 18 de dezembro. A exemplo de várias obras de preparação dos terrenos que foram efetuados sem a respetiva cabimentação orçamental e compromisso financeiro, incumprindo a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, a Câmara Municipal, já gerida pelo Executivo de Paulo Cafôfo, conseguiu reunir as condições para que o contrato fosse firmado a 27 de março de 2014, evitando o despejo imediato dos munícipes que utilizavam o espaço, o pagamento de compensações indemnizatórias ao proprietário, implicações jurídicas para os signatários da adjudicação ilegal e acima de tudo derivado do investimento que a Autarquia já tinha despendido com a adaptação do espaço, instalação de rega, canalizações, vedações, abrigos entre outros. Desde 2014, este Executivo tem investido na consolidação e crescimento do projeto das Hortas urbanas. Foi criado um regulamento para as hortas, dado que até então não existiam quaisquer regras para a utilização destes espaços, o que se traduziu em situações graves de utilização abusiva e desapropriada que só se conseguiram corrigir com sucessivas ações de sensibilização e fiscalização dos serviços. Atualmente, e face à disponibilidade manifestada por alguns proprietários para a cedência de terrenos a custo zero para a Câmara do Funchal, com

o único compromisso de mantê-los limpos, a Autarquia está a promover este ato de gestão consciente e sustentável, mantendo os princípios orientadores do projeto das “hortas urbanas” e, concomitantemente, salvaguardando os interesses de munícipes e hortelãos.-----

--- - Intervindo a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se as hortas mistas iriam acabar, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, respondeu que não, mas que, de momento, não havia espaços disponíveis para este tipo de hortas.-----

--- - Retomando a palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se os interessados poderiam inscrever-se para este tipo de hortas e qual o número de pessoas na lista de espera, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, esclareceu que poderiam inscrever-se, mas que teriam de esperar por abertura de vagas para este tipo de hortas que possuía uma lista de cerca de cem pessoas.-----

--- - Fazendo a sua intervenção, o Vereador do PSD, Elias Gouveia, questionou se as hortas da Comunidade Africana foram encerradas, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, informou que não, pese embora haja muitas reclamações.-----

--- - Intervindo o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, e relativamente às hortas mistas, referiu que “existiu uma tentativa de instalação de hortas mistas em Santo António, no Laranjal mas não foram bem aceites pela população e se por um lado alguns hortelãos acham que é uma boa prática, por outro é preciso que toda a

envolvência concorde”.-----

--- - Colocado à votação, foi a proposta rejeitada com os votos contra da Coligação Confiança.-----

-----**Declaração de Voto da Coligação Confiança:** - Foi apresentada pelo Vice-Presidente, Miguel Gouveia, a seguinte declaração de voto: “O PSD deveria apresentar um voto de agradecimento ao Executivo Municipal pelo esforço que tem envidado no sentido de corrigir o rol de ilegalidades encontrados nos processos relativos às hortas urbanas, diligenciando no sentido de honrar os compromissos assumidos com fornecedores e cidadãos e manter vivo um projeto de reconhecido mérito para a cidade. Assim sendo e pelo referido anteriormente no âmbito da discussão, os Vereadores da Coligação Confiança vêm-se forçados a votar contra este demagógico e ingrato voto de protesto”.-----

----- - **Voto de Louvor do CDS/PP, a Juan Guaidó (Venezuela):** - Foi aprovado, por unanimidade, um Voto de Louvor proposto pelo CDS/PP, a Juan Guaidó, da Venezuela, do seguinte teor:-----
---“Na Venezuela vivem mais de 500 mil madeirenses e cidadãos portugueses com relação direta com a Madeira. O país serviu como segunda pátria a muitos dos nossos conterrâneos, permitindo-lhes construir uma vida melhor que tanto ambicionavam e que a dimensão do arquipélago não proporcionava. Os nossos emigrantes assumiram, em muitos casos, papel de relevo na sociedade venezuelana, quer na vida empresarial, quer na vida política, quer nas esferas científica, desportiva ou cultural. Paralelamente,

contribuíram para a economia da Madeira, através das remessas enviadas durante décadas ou através de muitos investimentos feitos na sua terra natal ou na terra dos seus progenitores. A Madeira e Portugal têm, por isso, uma dívida de gratidão que deve ser estendida a todo o povo da Venezuela, pela forma como permitiu, na maioria dos casos, a integração daqueles que partiram destas ilhas. É assim com redobrada preocupação que todos os Madeirenses olham para a situação da Venezuela, para a situação vivida pelos seus conterrâneos, mas também por todo o povo venezuelano. Nesse sentido, olham para Juan Guaidó como alguém que pode trazer a Venezuela de regresso à normalidade política e ao seio da comunidade internacional. Como alguém que, pela coragem e firmeza já demonstradas pode mudar o destino da comunidade madeirense e de todos os venezuelanos, promovendo uma mudança política que se terá de materializar em eleições livres e plenamente democráticas. Como tal, e no seguimento da coragem demonstrada por Guaidó, a Vereação da Câmara Municipal do Funchal aprova um voto de louvor a Juan Guaidó, pela sua coragem e firmeza no cumprimento do seu dever constitucionalmente consagrado na lei fundamental da República Bolivariana da Venezuela e com elevado sacrifício pessoal, apelando ainda à realização de eleições livres e democráticas o mais rapidamente possível, de forma a que a Venezuela assuma todo o seu potencial, sendo novamente senhora do seu destino. O voto é igualmente o reconhecimento simbólico de Juan Guaidó

como legítimo Presidente da Venezuela. É finalmente uma homenagem simbólica à tenacidade, à capacidade de trabalho e de resistência da comunidade Madeirense na Venezuela. A Madeira não pode esquecer nenhum dos seus filhos que hoje vivem dificuldades tremendas no país que escolheram e que generosamente os acolheu no seu seio. Assim, o CDS/PP propõe que a Câmara Municipal do Funchal delibere o seguinte: Aprove um Voto de Louvor a Juan Guaidó, pela sua coragem e firmeza no cumprimento do seu dever constitucionalmente consagrado na lei fundamental da República Bolivariana da Venezuela, e com elevado sacrifício pessoal, apelando ainda à realização de eleições livres e democráticas o mais rapidamente possível, para que a Venezuela assuma todo o seu potencial, sendo novamente senhora do seu destino”.-----

--- - Usando da palavra, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, a este propósito, referiu: “O Presidente Juan Guaidó, nascido no Estado de Vargas, é um sobrevivente da tragédia que assolou aquela região em 1999 e mantém-se presente na memória de todos, num trágico acontecimento de deslizamento de terras e aluvião, fenómenos funestamente vivenciados pelos funchalenses. Juan Guaidó é engenheiro industrial de formação e pós-graduado em gestão pública, sendo membro fundador do Voluntad Popular, um partido de centro-esquerda que, tal como o Partido Socialista, é afiliado na Internacional Socialista, partilhando os seus valores e princípios. Juan Guaidó personifica todos aqueles que, amando o

país onde nasceram ou que escolheram para viver, pugnaram para consolidar uma maioria organizada que abra caminho à sua mudança política e à sua transformação social, como milhares de luso-descendentes. Na sua pessoa, reside a esperança de resgatar a democracia na Venezuela e redesenhar uma sociedade assente em valores basilares partilhados por este executivo como a vida, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a diversidade, a honestidade, a solidariedade e a responsabilidade. Por tudo isto, votamos favoravelmente este Voto de Louvor, extensível a todos os lutadores da liberdade e defensores da democracia.”-----

--- - Intervindo a Vereadora Rubina Leal, como já referido inicialmente, disse que “os Vereadores do PSD acompanham este Voto, mais no sentido de um Voto de Reconhecimento da figura e da pessoa que é, dado o clima de violência e de crise humanitária que se vive neste momento, pressupõe que existam o mais rapidamente possível, eleições livres e sobretudo que exista também um apoio da comunidade internacional porque mais do que esta situação que se vive em termos políticos, há situações de pobreza, locais sem água, uma taxa muito reduzida de vacinação das crianças o que tem obrigado à fuga de muitos venezuelanos e portugueses do país”.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,
Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de

Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 64/2019, publicada nos locais de estilo.